

# PROSPECT THEORY: O PAPEL DO RISCO NA AVALIAÇÃO DO GOVERNO

*Prospect theory: the role of government in evaluating the risk*

Thiago Sampaio  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
✉ thiagosampaio@gmail.com

**Resumo:** *O presente artigo analisa como a aversão ao risco interfere no julgamento que os eleitores fazem do desempenho do governo. Ameaças emitem sinais de alerta e denotam certa deficiência do governo. A análise aqui elaborada se utiliza de prospect theory para delimitar como a aversão ao risco atua diretamente no modo como o governo é visto.*

**Palavras-chaves:** *prospect theory; políticas cognitivas; ansiedade.*

**Abstract:** *This article examines how risk aversion affects the judgment conducted by voters on government performance. Threats indicate certain failure of government to generate welfare. The analysis developed here delimit as risk aversion acts directly on how the government is perceived by voters.*

**Key words:** *prospect theory, cognitive policy, anxiety.*

## Introdução

A aversão ao risco reduz a capacidade de decisões criteriosas limitando a leitura dos argumentos à necessidade de se desvencilhar da ansiedade gerada pela possibilidade de ameaças. Desse modo, *prospect theory* (teoria de aversão ao risco) denota a fragilidade dos indivíduos tomarem decisões seguras aos seus interesses quando nelas está presente o fator risco (KAHNEMAN, 2011, MCDERMOTT; FOWLER; SMIRNOV, 2008). Nesse artigo, analisamos o papel do risco na avaliação que os eleitores fazem do desempenho do governo.

A avaliação do desempenho do governo é elemento basilar no auxílio à definição do voto. Desse modo, se o eleitor aprova o governo ele tende a votar no representante do governo, se ele desaprova a tendência é de que não vote nos representantes do governo. Com base nisso, a atuação do governante tem como objetivo claro e bem definido a manutenção do poder pautada por uma estratégia de convencimento do eleitor visando à aprovação.

Nesse sentido, boa parte do planejamento governamental se limita a selecionar, programas e projetos mais rentáveis, ou seja, aqueles que garantem mais possibilidades de voto. No entanto, tal postura, em alguns casos, pode ser contraproducente. Isso acontece devido a incapacidade de compreender os mecanismos delimitadores do julgamento que o eleitor exerce sobre o governo. Nas duas próximas seções iremos abordar como os julgamentos políticos se organizam na mente e como a aversão ao risco direciona a avaliação do desempenho do governo.

### **Sistema 1 e Sistema 2: a estrutura do julgamento político**

O percurso da atenção, apreensão e decisão é dual e se divide em Sistema 1 e Sistema 2 (KAHNEMAN, 2003). Assim, a forma como as ideias se organizam na mente humana, como elas são armazenadas e recuperadas condicionam e indicam, entre outras coisas, como se estrutura o comportamento político dos indivíduos. As ideias políticas estão dispostas em dois sistemas básicos: Sistema 1 e Sistema 2.

No Sistema 1, os julgamentos são automáticos voltados a responder questões ordinárias cuja compreensão é vinculada e medida pela ameaça que provoca (KAHNEMAN, 2011). Assim, devido a urgência requisitada as respostas, o nível da ansiedade lança as questões políticas no Sistema 1. Nesse sentido, para que sejam emitidas respostas rápidas, o julgamento que decorre de tal Sistema é envolto por pensamentos associativos e intuitivos.

Dessa forma, a avaliação do desempenho do governo se caracteriza como menos complexa vinculada a heurísticas como: identificação partidária, características pessoais do governante, sugestões, entre outras. No entanto, isso facilita e amplia julgamentos fundados em ilusões perceptivas.

Por sua vez, o Sistema 2 responde a indagações não associativas e desvinculadas a respostas simples e reflexivas. Assim, quando o ambiente político apresenta problemas cujos atalhos informacionais existentes demonstram serem incapazes de solucioná-los se faz necessário maior observação e questionamentos antes da tomada de decisão. Em suma, pode-se dizer que questões simples são respondidas de forma automática pelo Sistema 1, enquanto, as complexas são repassadas para o Sistema 2 na busca pelo estoque de conhecimento armazenado que possa indicar a solução.

O Sistema 2 requisita atenção, motivação e esforço para compreensão das questões políticas, cujas soluções são aceitas depois de longo processo de efusivos equacionamentos. Nesse sentido, no Sistema 2 a avaliação do governo é lógica e prática. Lógica, pois apresenta critérios claros e rígidos diferente do Sistema 1 onde é constante a aleatoriedade do programa avaliativo. Dessa forma, no Sistema 2 os efeitos do governo são pensados a longo prazo.

Desse modo, para a compreensão da aversão ao risco é útil estabelecer o Sistema 1 como fornecedor de respostas rápidas para riscos eminentes caracterizando-se pelo uso de atalhos informacionais simples, enquanto, o Sistema 2 apresenta julgamentos balizados por esquemas mais sofisticados. Assim, a forma como as ameaças são respondidas varia conforme o tipo e a intensidade que ela apresenta. Na próxima seção é apresentado como aversão ao risco determina a forma como os eleitores veem o governo.

## **Avaliação pautada pela aversão ao risco**

A teoria de aversão ao risco apresenta indícios de como políticas cognitivas interferem nas decisões políticas realizadas pelos eleitores. Na avaliação do governo julgamentos dirigidos pela aversão ao risco são de três tipos: diretos; indiretos e improváveis. Esses três elementos funcionam como sinais utilizados pelo eleitor para filtrar as ações do governo. A partir daí as ações que envolvem riscos são rejeitadas ou aprovadas (McDermott; Fowler; Smirnov, 2008).

Não há nada a ser mais evitado pelos sujeitos do que qualquer possibilidade de perda. A ameaça lança incertezas aflorando a fragilidade a qual os indivíduos insistem em ocultar a presença. Nesse cenário, o governo assume o papel de assegurar a impossibilidade do risco no cotidiano dos eleitores. Os riscos diretos dizem respeito aqueles que agem diretamente sobre o dia-a-dia do eleitor. Nesse caso, não se limitam apenas a questões econômicas, mas são essas que exigem maior esforço por parte do governo. É nesse sentido que ameaças provocadas por crises econômicas atingem diretamente a popularidade do governo.

Ameaças indiretas tem baixa probabilidade de afetar o eleitor, porém são assumidas por agentes empáticos ao grupo em risco. A empatia funciona como contágio emocional. Nesse tipo de contágio o receptor é sensibilizado pela dor do outro. Assim, riscos indiretos provocados pela ausência do governo como, por exemplo, desastres ambientais que poderiam ser evitados ou remediados tem a dor das vítimas assumidas por grupos de eleitores distantes daqueles problemas.

Nesse ponto há um avanço sobre o modelo de escolha racional, já que apesar dos ganhos obtidos os eleitores se voltam contra o governo devido apenas a empatia dedicada a outros grupos que não tiveram a mesma sorte. Com base nisso, a oposição busca ampliar por meio de frames o quadro de

risco criando alertas e redimensionando a intensidade do problema com a meta de fortalecer a empatia entre os eleitores abrindo espaço para sugerir às deficiências do governo no tocante a aversão ao risco.

Ameaças improváveis são as de mais baixa consequência para a imagem do governo. Elas são formadas por eventos raros e longínquos cuja chance de afetar o eleitorado é praticamente nula. Dessa forma, não exigem esforços do governo e não alimentam ansiedade no eleitorado. Nesse caso se enquadram epidemias e desastres ambientais que por algum fator conhecido não representam risco. Isso provoca descompromisso com tais questões, pois é inimaginável cobrar abertura na agenda política brasileira para ruídos distantes como abalos sísmicos e erupções vulcânicas.

O ideal para o governo é estabelecer políticas cognitivas fincadas em estabelecer todo tipo de ameaça no âmbito da improbabilidade suscitando que discussões sobre elas, quando levantadas, obedecem a interesses escusos deslocados do real objetivo da população. É desse modo que, no Brasil, vem sendo tratada a questão das matrizes energéticas, principalmente, no que se refere às novas usinas hidrelétricas. No caso das usinas, boa parte das vozes contrárias são descreditadas “por representarem interesses contrários ao do Brasil”.

No entanto, em alguns casos, o governo assume a tarefa de disseminar a ansiedade. Isso é feito para obter apoio irrestrito, pois a aversão ao risco restringe a compreensão acerca dos outros fatores que compõem o ambiente político. Ameaças quando envoltas por questões morais são amplificadas pelo governo concedendo a ele próprio o caráter de detentor da solução. Tais ameaças desviam a atenção de problemas internos mais graves a imagem do governo. A “Guerra ao Terror” americana, resposta a afronta dos ataques do “11 de Setembro”, ilustra bem o caso de ameaças redesenhadas pelo governo para desvirtuar o julgamento político (LAKOFF, 2002).

Por outro lado, opositoristas fomentam a ideia de que riscos indiretos podem a qualquer momento atingir a todos, enquanto, os riscos improváveis são transpostos ao cotidiano de sujeitos alheios as questões apresentadas. O foco do opositorista é apresentar a necessidade do alerta, todavia ao insistir na ampliação da ansiedade do eleitorado a rejeição recai sobre ele próprio.

Há assim uma batalha de políticas cognitivas voltadas de um lado a fortalecer o caráter improvável do risco e, por outro, visando apresentar cenário de provável ameaça direta ou indireta para os eleitores. A grande questão é equacionar a aversão ao risco.

### **Considerações finais**

O custo de avaliar o governo é alto. Com isso, os eleitores não estão dispostos a se manterem diuturnamente vigilantes sobre como o governo desempenha o seu papel. Assim, a avaliação é, geralmente, formatada por atalhos informacionais. A aversão ao risco funciona como atalho ampliando o interesse em determinada área do governo, enquanto bloqueia uma análise do tipo sumária que englobe o governo como um todo.

Nesse sentido, prospect theory fornece subsídios à compreensão de como a ansiedade pode ser direcionada, principalmente, por meio de frames para sugerir indicadores sobre o comportamento do governo. A teoria de aversão ao risco, também, possibilita novo entendimento sobre a racionalidade no julgamento político. A ambivalência em que consistem as decisões tomadas pelos eleitores aponta como complexa é a lógica utilizada nos esquemas avaliativos.

Dessa forma, a aprovação ou reprovação do governo não se limita a capacidade de suprir a demanda dos eleitores, mas, também diz respeito a necessidade de compreender esquemas de julgamentos e os atalhos informacionais utilizáveis. Nesse sentido, a aprovação do governo indica,

sobretudo, capacidade de criar políticas cognitivas amplas que reforce a capacidade responsiva do governo e afaste a possibilidade de ameaças.

### **Referências Bibliográficas:**

KAHNEMAN, Daniel. *A perspective on judgment and choice*. In: *American Psychologist*. n.º 58, pp. 697-720, 2003.

\_\_\_\_\_. *Thinking, fast and slow*. New York: FSG, 2011.

LAKOFF, George. *Moral politics: how liberals and conservatives think*. Chicago: Chicago Press, 2002.

McDERMOTT, Rose; FOWLER, James; SMIRNOV, Oleg. *On the evolutionary origin of Prospect Theory preferences*. In: *Journal of Politics*, n.º 70 vol. 2, pp. 335-350, 2008.